

O Programa de Pós-Graduação em História da UFFS: algumas memórias

Antonio Marcos Myskiw¹

Em meados de 2021 o programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus Chapecó/SC*, completou 5 anos de efetivo funcionamento. Certamente, se comparado com outros programas de pós-graduação de mesma natureza criados nas décadas de 1970 e 80, dirão que é “recém nascido”. E, de fato, o é. Mas, sua concepção e gestação já tem idade de adolescente travesso e rebelde. Nos parágrafos e páginas que seguem, irei historiar, ainda que de forma concisa e com base em minhas memórias, os caminhos e descaminhos trilhados por um grupo de professores e pesquisadores para dar forma e submeter à área de História da CAPES o projeto do curso de pós-graduação *Stricto Sensu* em História, da UFFS, aprovado em fins de 2015, tendo por área de concentração “Fronteiras, Migrações e Sociedades”, desdobrando-se em duas linhas de pesquisa, que são: “História do povoamento, da agricultura e do meio ambiente” e “História dos movimentos e das relações sociais”.

A área de concentração e as linhas de pesquisas não foram construídos apenas em atenção aos projetos de pesquisas e temáticas de atuação preferidas dos docentes. À área de concentração e às linhas de pesquisas estão articuladas uma concepção de Universidade, os anseios dos movimentos sociais que deram força para que ela viesse a sair do papel por meio da articulação política e social e a necessidade de olhar o passado humano para pensar e repensar o futuro da humanidade no que se refere à questão ambiental e a produção de alimentos saudáveis. Por isso, antes de adentrar nas particularidades de minhas memórias sobre a história do mestrado em História, dedicarei alguma atenção à criação da UFFS e à criação dos cursos de graduação em História (campus Chapecó e Erechim) e do curso de especialização *Lato Sensu* em História Regional. Sem eles, não há como compreender alguns desdobramentos que levaram a várias alterações dos projetos do Mestrado em História.

Os movimentos sociais e a criação da UFFS

É necessário mencionar que a criação da UFFS, ainda que atribuída ao governo de Luís Inácio Lula da Silva, teve origem com a aproximação de movimentos sociais (sobretudo

¹Doutor em História. Docente efetivo da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), lotado no Campus Realeza/PR. Brasil. E-mail: amyskiw@uffs.edu.br

camponeses) dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná em torno da possibilidade de ser criada uma universidade federal pública e gratuita na fronteira Sul do Brasil. Os movimentos sociais, a muito tempo, tinham percebido o avanço significativo do ensino superior privado na região de fronteira com apoio financeiro de grupos empresariais (beneficiários de investimentos públicos) cujo compromisso, salvo exceções, não era uma educação superior de qualidade com foco na atenção às necessidades regionais, mas na oferta de cursos de graduação que viessem atender a determinadas camadas sociais. Se num primeiro momento os cursos superiores possuíam qualidade formativa, com o passar do tempo as faculdades e universidades privadas voltaram sua atenção ao lucro.¹

Os movimentos sociais rurais da fronteira Sul do Brasil não queriam uma universidade qualquer e, muito menos, uma Universidade Federal nos moldes existentes nas capitais dos estados e da região litorânea do Brasil. Almejavam uma universidade federal pública, inclusiva e gratuita, que viesse a atender às demandas das populações urbanas e rurais, atrelada a um denso projeto formativo para que a juventude, além de permanecer no campo e nas cidades de origem (perto de seus familiares) pudessem ter um curso de graduação de excelência para o exercício profissional e a capacidade de ler, compreender e elaborar a crítica social sobre os mais diversos temas e problemas do tempo presente. Por meio do Programa Reuni (Programa de apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, implementado pelo Ministro da Educação Fernando Haddad no segundo governo Lula e que integrava o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE 2000/2010) a partir de 2006, o Projeto de Lei n. 6037/2005 elaborado pelo Deputado Federal Claudio Vignatti, que propunha criar uma Universidade no Oeste de Santa Catarina, ganhou força política. Os movimentos isolados em torno da criação de uma universidade, até então existentes no norte do Rio Grande do Sul, no Oeste de Santa Catarina e no Sudoeste do Paraná, foram direcionados para uma causa única: a criação da então Universidade Federal da Grande Fronteira Mercosul (UFGFM). Esse projeto, no entanto, eclipsava o projeto destinado à criação da Universidade da Integração Latino-Americana (UNILA) em Foz do Iguaçu/PR.

Não havia concordância, sobretudo pelos movimentos sociais do campo, sobre a proposta de universidade apresentada no Projeto de Lei n. 6037/2005. As demandas dos movimentos sociais apresentadas pelas lideranças camponesas estavam parcialmente contempladas e a concepção filosófica do perfil, metas e missão da universidade existentes no projeto careciam de maior debate e amadurecimento. Comissões foram criadas para amadurecer o modelo de universidade, dando origem ao “Movimento pró-Universidade Federal” composta por lideranças políticas, movimentos sociais urbanos e rurais, representações das Universidades

Federais de Santa Catarina e de Santa Maria e representantes do Ministério da Educação. Em outubro de 2007, por meio da portaria n. 948/MEC/2007, o Ministério da Educação criou a comissão de elaboração do projeto da universidade federal na Fronteira Sul e assumiu o compromisso de tirá-la do papel após sua aprovação.

Num primeiro momento, o projeto da Universidade Federal previa ter apenas um único *campus*, com sede em Chapecó/SC. Mas no decorrer das reuniões da comissão de elaboração do projeto, os argumentos favoráveis à estrutura multicampi nos três estados da federação tornaram-se cada vez mais consistentes na medida em que cada *campus* seria pensado para atender às fragilidades sociais, culturais e econômicas de sua região de inserção. Para isso, era necessário seguir alguns elementos norteadores, definidos pela comissão de elaboração do projeto: atenção à agricultura familiar camponesa e às matrizes produtivas regionais, como forma de conter o êxodo rural e a questão da sucessão familiar; a defesa do meio ambiente e a sustentabilidade, visando substituir as matrizes energéticas existentes e que causam impacto direto e indireto à população do campo e da cidade; o diálogo interdisciplinar entre as diferentes áreas do conhecimento nas ações de ensino, pesquisa, extensão e cultura; a produção de alimentos saudáveis, com foco na agroecologia e na produção orgânica ou convencional sem agrotóxicos; o estudo da história, da memória e da cultura da região de fronteira; e uma universidade federal pública, popular, inclusiva e sustentável, com norte teórico assentados nas reflexões realizadas por Anísio Teixeira, Florestan Fernandes e Boaventura de Souza Santos.

A gestação do projeto da Universidade Federal para fronteira Sul do Brasil encontrou terreno fértil no que se refere ao debate teórico, pois o modelo de Universidade então existente no mundo ocidental globalizado encontrava-se em crise e os debates e embates sobre os rumos das universidades europeias e nas Américas tinham produzido reflexões que iam de encontro ao modelo de universidade desejado para a fronteira Sul, que eram: a democratização do acesso ao ensino superior; as atividades de extensão ligadas aos problemas sociais, à exclusão e à discriminação social; a pesquisa científica envolvendo as comunidades, as organizações e movimentos sociais; a ecologia de saberes, que consistia no diálogo entre o saber científico e saber popular, trazendo este último para dentro da universidade; a aproximação com a escola pública, estabelecendo a integração entre a formação profissional e a prática de ensino.

Se no plano teórico as coisas estavam relativamente bem encaminhadas, no plano prático, a definição da estrutura física da universidade federal rendeu muitos debates, embates e articulações políticas, dentro e fora da comissão para elaboração do projeto. O número de *campus* saltou de 3 *campi* (um para cada estado) para 5 *campi* (dois no RS, dois em SC e um no PR) e, mais tarde, para 11 *campi* já prevendo o plano de expansão futuro. O Ministério da

Educação, em reunião ocorrida na UFSC, em dezembro de 2007, restringiu o número de *campus* em função do custeio com obras e manutenção, delimitando em 4 *campi* (um no PR, um em SC e dois no RS). A definição de quais municípios seriam atendidos também foi objeto de debates, tensões e articulações políticas, dentro e fora da comissão. Chegou-se a montar uma comissão paralela só para definir os municípios que seriam escolhidos para sediar os *campi* da nova universidade federal. Quando da redação final do projeto decidiu-se pelo número de 5 *campus*, distribuídos da seguinte forma: Erechim/RS, Cerro Largo/RS, Chapecó/SC, Realeza/PR e Laranjeiras do Sul/PR. Chapecó/SC ficou com um único *campus* por conter a reitoria em sua estrutura.

O ano de 2008 e início de 2009 foram de intensos trabalhos para a comissão de elaboração do projeto da universidade, sobretudo para definir quais e quantos cursos de graduação seriam ofertados nos *campi*, levando-se em conta as premissas discutidas e definidas em 2007. Em 16 de julho de 2008, o projeto de lei de criação da Universidade Federal da Fronteira Sul (era esse o nome utilizado no Projeto de Lei) foi assinado por Luís Inácio Lula da Silva, cujo passo seguinte era a apreciação e aprovação pelo Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal). Enquanto o Projeto de Lei n. 3774/2008, tramitava na Câmara dos Deputados, Fernando Haddad deu posse à Comissão de Implantação da UFFS (Portaria no 148/MEC), em 11 de fevereiro de 2009. Cabia à Comissão de Implantação da UFFS, junto com os movimentos sociais que deram sustentação e articulação política para que a universidade viesse a ser criada, definir os cursos de graduação e as áreas prioritárias de atuação levando-se em consideração os debates e encaminhamentos já realizados. A área das Ciências Agrárias e das Licenciaturas foram consideradas prioritárias. Após a definição dos cursos de graduação a serem implantados nos cinco *campi*, docentes das Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (que atuou como Universidade tutora da UFFS) foram convidados a colaborar na elaboração dos projetos político-pedagógicos dos cursos, que, por sua vez, forneciam o quantitativo e o perfil dos docentes e servidores técnicos necessários para implementar e integralizar os cursos seguindo a grade curricular institucional, dividida em três eixos: Domínio Comum, Domínio Conexo e Domínio Específico.

Em 25 de agosto de 2009 o Projeto de Lei n. 3.774/2008, que já tramitava no Senado Federal sob número 152/2009, foi aprovado nas câmaras temáticas do Senado Federal e encaminhado para promulgação do Presidente da República. A cerimônia de assinatura da Lei n 12.029, criando a Universidade Federal da Fronteira Sul, ocorreu em 15 de setembro de 2009. Um mês depois, foi nomeada a gestão pró-tempore da UFFS, que em seus primeiros atos requisitou alguns servidores da UFSC para agilizar o início das atividades letivas, que deveriam

iniciar em 29 de março de 2010. Tudo estava por fazer, a começar pelos concursos docentes e de técnicos administrativos, a definição e adequação dos espaços provisórios para o início das aulas nos campi, a aquisição de mobiliários, computadores, livros, equipamentos para laboratórios, contratação de serviços terceirizados para vigilância e limpeza, entre outras demandas menores.

A área de História, na UFFS

Os cursos de graduação de Licenciatura em História foram direcionados aos *campi* de Chapecó/SC e Erechim/RS, com turmas de 50 vagas, nos períodos matutino e noturno. Os movimentos sociais percebiam claramente a necessidade da criação de uma licenciatura em História em universidade pública e gratuita, pelo fato de que a oferta do curso de História em instituições comunitárias e privadas passavam por uma redução significativa de turmas e mesmo o fechamento de cursos em função da baixa lucratividade das mantenedoras no Sudoeste do Paraná, no Oeste de Santa Catarina e no Noroeste e Norte do Rio Grande do Sul. Algumas faculdades passaram a ofertar o curso de História somente na modalidade a distância. Também era premente a necessidade de um curso de História que, por meio de disciplinas, projetos de ensino, pesquisa e extensão, viesse a ocupar-se da escrita e reescrita da história local e regional, bem como o fomento à coleta, organização, catalogação e preservação de documentos históricos, quer nos laboratórios da UFFS, quer em centros de memórias, arquivos históricos e museus. Havia, ainda, ausência (ou presença tímida) de políticas públicas municipais voltada à preservação da memória e da história local. Por isso, o perfil do aluno egresso dos cursos de licenciatura em História, da UFFS, previa uma densa formação para a docência no ensino fundamental e médio, sem descuidar das competências mínimas às atividades de pesquisa e escrita da história mediante o manuseio e o cruzamento de diferentes tipologias documentais e do cuidadoso diálogo e crítica à historiografia existente.

A exemplo de outros cursos de graduação, quando da chegada dos primeiros professores para lecionar nos cursos de História, entre os meses de fevereiro e março de 2010, havia um esboço inicial do projeto político-pedagógico do curso de licenciatura em História elaborada por docentes da área de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O esboço serviria aos dois *campi* e, por orientação da Pró-reitoria de Graduação e sua equipe, era necessário empreender uma força-tarefa para concluir os projetos político-pedagógicos ainda em 2010 para aprovação nas instâncias colegiadas da UFFS e postagem no portal e-MEC. Houve possibilidade de alterar a grade curricular, ementas e bibliografias contidas no esboço

do curso de História, mas o número reduzido de professores da área de história em ambos os cursos de graduação era pequeno e, somado a isso, havia sobrecarga de atividades porque alguns historiadores assumiram, junto com as aulas, cargos de gestão nos *campi* ou na reitoria. Não havia fôlego para repensar a estrutura curricular do curso de História e, frente ao tempo e corpo docente existente, era necessário dar forma ao projeto político-pedagógico do curso deixando para outro momento a resolução de um conjunto significativo de questões levantadas durante as reuniões conjuntas para afinar e concluir o documento norteador.

A finalização e a postagem do Projeto Político Pedagógico único dos cursos de História ocorreu ainda em 2010. Na medida em que chegavam novos docentes para assumir as áreas específicas dos cursos de História, como era de se esperar, conversações e reuniões foram realizadas com o objetivo sinalizar e propor ajustes nas ementas e bibliografias de várias componentes curriculares, além da ampliação do número de componentes curriculares optativos para incluir temáticas ligadas às áreas de pesquisa dos docentes. Também e, por extensão a essa necessidade de ajustes, os docentes dos *campi* de Chapecó e Erechim ensaiaram mudanças mais incisivas nos cursos visando atender as especificidades de cada cidade e região onde estavam inseridos (que eram bem distintos entre si) e que tivessem identidades e perfil formativo próprios, sem abandonar aqueles exigidos aos alunos egressos para atuar na docência. Essa identidade, em parte, estava atrelada ao perfil de formação dos docentes de cada *campus*, mais precisamente, aos aportes teóricos e epistemológicos que eles acolheram quando do desenvolvimento de suas pesquisas acadêmicas de mestrado e doutorado.

Os colegiados dos cursos de História foram autorizados a fazer ajustes nos projetos político-pedagógicos no decorrer do ano de 2012. Esses ajustes, ocorridos nas justificativas, nas fundamentações e na grade curricular, resultaram em projetos de cursos ligeiramente distintos e perfis teóricos próprios. Tais particularidades aparecem de forma discreta em várias ementas e bibliografias de componentes curriculares obrigatórias. Mas é no rol de componentes curriculares optativos onde se evidencia com clareza as novas roupagens dos cursos de História: a História Cultural, a História da Ciência e a História Pós-Moderna no *campus* Erechim, a História Social, a História Ambiental e a História Regional no *campus* Chapecó.

As alterações realizadas nos projetos político-pedagógicos dos cursos de graduação em História deram o norte teórico/epistemológico e o perfil dos concursos docentes realizados nos anos seguintes para que houvesse a integralização dos cursos de graduação até 2015. Também influenciou (e influencia até os dias de hoje) no desenvolvimento de pesquisas de iniciação científica, nas temáticas dos trabalhos de conclusão de cursos dos alunos concluintes e nas ações

de ensino, extensão e cultura ofertados à comunidade regional no formato de eventos científicos, cursos, projetos e programas de ensino, extensão e cultura.

Além dos docentes que compuseram os colegiados dos cursos de História nos *campi* de Chapecó e Erechim, ao menos um docente da área de História foi alocado nos demais *campi* da UFFS para ministrar a componente curricular de “História da Fronteira Sul”. Essa disciplina integra o eixo do Domínio Comum e sua oferta é obrigatória em todos os cursos de graduação e, entre as temáticas inscritas na ementa está a abordagem da história e cultura indígena e afro-brasileira na região Sul do Brasil visando atender a Lei n 11.641, de 10/03/2008, que tornou obrigatório a inclusão da temática “História e Cultura afro-brasileira e indígena” nos currículos de todos os níveis de ensino, bacharelados e licenciaturas. Se por um lado os historiadores que lecionavam nos *campi* onde não havia curso de História tinham a oportunidade ímpar de criar diferentes dinâmicas de abordagens das temáticas observando as particularidades dos cursos de graduação (bacharelados e licenciaturas) e o perfil dos alunos egressos, por outro lado ficaram isolados com relação aos *campi* que possuíam os cursos de graduação em História. Tal situação exigiu deles o diálogo interdisciplinar para se inserir em grupos de pesquisas, grupos de estudos e o desenvolvimento de ações de ensino, extensão e cultura nos *campi*.

A pós-graduação em História na UFFS

Quando da criação da UFFS houve pactuação entre o MEC, a Capes e a gestão pró-tempore da Universidade sobre a oferta de ao menos quatro mestrados e dois doutorados até o ano de 2016, como condição para que a UFFS mantivesse o *status* de Universidade. Nos primeiros concursos docentes, o número de docentes aprovados e convocados com o título de doutor(a) na área de História era pequeno tendo em vista que os editais de concurso não exigiam o doutoramento como critério para acesso à vaga aberta em concurso. A pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação em seus diálogos com a Capes conseguiu algumas vagas para professor visitante via Programa Professor Visitante Nacional Sênior (PVNS). Por meio de edital, os pesquisadores *sênior*s deveriam submeter suas inscrições e planos de trabalho por um período de 2 anos, renovável por igual período. Em maio de 2010, a UFFS recebeu o prof. Dr. Paulo Afonso Zarth, da área de História, como primeiro Professor Visitante Nacional Sênior, tendo por objetivo desenvolver pesquisas sobre “História do Campesinato e Indígena na fronteira Sul do Brasil” e contribuir na elaboração do primeiro projeto de mestrado, encaminhados à Capes em 2011.

Durante a realização da I Conferência de Ensino Pesquisa e Extensão da UFFS (I Coepe) no rigoroso frio do mês de junho de 2010, a comunidade acadêmica e regional pôde debater e propor ações em dez eixos temáticos que serviriam para a elaboração das políticas de ensino, pesquisa, extensão e cultura da UFFS para os próximos anos. No eixo temático “História e Memória Regional” realizado em todos os *campi*, cuja sistematização consta no documento final da I Coepe, a necessidade de criação de programas de pós-graduação *Lato e Stricto Sensu* foi objeto de diversas falas e teve como indicação as seguintes linhas temáticas: “História Indígena e Movimentos Sociais do Campo” e “Movimentos Sociais Urbanos, história e fronteiras”. É importante frisar que a História Indígena e dos Movimentos Sociais quando da criação da UFFS eram temas em evidência na fronteira Sul do Brasil, pois diversas populações camponesas e indígenas tinham conseguido assegurar áreas de terras para assentar/reassentar seus integrantes em áreas desapropriadas para fins de reforma agrária ou processos de reconhecimento de ancestralidade de terras indígenas e remanescentes de quilombos. Pesquisar e escrever a história do campesinato, das etnias indígenas e negras na fronteira Sul era mais uma forma de contribuir para que a história e a luta dos movimentos sociais, das etnias indígenas e negras servissem como instrumento de argumentação jurídica favorável nos processos que ainda tramitavam nos poderes judiciários estaduais e federal.

No entanto, o grupo de docentes da área de História com doutorado era pequeno e a produção acadêmica era diversificada, ainda que as temáticas de pesquisa estivessem inseridas na fronteira Sul do Brasil. Aproveitando a presença do professor visitante sênior, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFFS em diálogo com os docentes doutores da área de História entendeu ser o momento de formalizar a criação do Grupo de Trabalho (GT) “História e Memória Regional” e a certificação do Grupo de Pesquisa “Sociedade, Movimentos Migratórios e História Ambiental (Fronteira Sul do Brasil, séc. XVI a XXI)”. O Grupo de Trabalho e o Grupo de Pesquisa tinham por meta centrar esforços para dar unidade de pesquisa e publicações conjuntas visando planejar, escrever e submeter uma proposta de mestrado acadêmico no ano de 2011.

Nos primeiros dias de março de 2011, o GT “História e Memória Regional” promoveu reunião de trabalho e, dentre as ações previstas naquela reunião de trabalho estava a atividade de consultoria externa para dialogar sobre a proposta de mestrado em construção. Na condição de consultor, o professor Dr. Luiz Carlos Soares (membro da área de História da Capes) da Universidade Federal Fluminense (UFF) apresentou o cenário dos cursos de pós-graduação em História no Brasil, os critérios adotados para a seleção de novos programas de mestrado acadêmico e os itens necessários para que um novo mestrado fosse acolhido pela Comissão da

área de História da Capes. Foi um momento muito profícuo e, ao mesmo tempo, preocupante. Havia muito chão a ser percorrido até a submissão da proposta de mestrado, pois a produção acadêmica dos docentes necessitava ser ampliada (sobretudo em revistas acadêmicas com *Qualis*); os laboratórios da área de História estavam por iniciar as atividades; as bibliotecas eram carentes de bibliografias gerais e temáticas; e não havia infraestrutura de salas de aulas para acolher os mestrandos e a equipe de coordenação do futuro mestrado.

O GT “História e Memória Regional”, ainda que percebendo as fragilidades existentes, elaborou e submeteu uma proposta de mestrado em 2011. Noutro movimento, criou o curso de pós-graduação *Lato Sensu* em História Regional, com oferta no Campus Chapecó. O projeto foi aprovado *ad referendum* em maio de 2011 e as aulas tiveram início na primeira semana de agosto do mesmo ano, com 35 alunos. Figuravam na grade curricular da pós-graduação em História Regional as disciplinas de “História e historiografia do Contestado”; “História Ambiental e da Agricultura”; “História do Campesinato”; “A Fronteira Sul do Brasil: Múltiplas Abordagens”; “Imigração e Processos Migratórios”; e “Arqueologia e Populações Indígenas”. O destaque a essas disciplinas é necessário, pois elas seriam elencadas no rol das disciplinas obrigatórias ou eletivas da proposta de mestrado encaminhada em 2013.

O GT do mestrado era composto por docentes doutores de todos os *campi* da UFFS. As reuniões ocorriam geralmente no *campus* Chapecó em função do tempo de deslocamento dos docentes para participar das reuniões presenciais tendo em vista que a universidade ainda não possuía os equipamentos de teleconferência para possibilitar a realização das reuniões à distância. Na medida em que o projeto da segunda proposta de mestrado foi tomando forma, a partir das considerações tecidas pela área de História da Capes tendo como base a primeira proposta enviada e que não foi acolhida, o preenchimento do formulário de curso novos da Capes era redesenhado. Algumas decisões tinham de ser tomadas, dentre elas o *campus* de oferta, o perfil teórico do curso e a definição das linhas de pesquisas. Houve polarização dos docentes vinculados aos *campi* de Chapecó e Erechim, cada qual, argumentando favoravelmente à oferta do mestrado em seu *campi* de origem. Os desgastes foram sentidos fortemente entre os membros do GT com a acolhida do *campus* Chapecó como sede do mestrado em História. Outro fator que desestimulou alguns docentes em continuar integrando o GT foram as reuniões em que o perfil teórico do mestrado foi objeto de apreciação. Alguns docentes propunham um enfoque na História Cultural com traços na pós-modernidade e outros o olhar da História marxista culturalista. A decisão pelo viés marxista culturalista com ênfase nos estudos rurais ocorreu por vários fatores, dentre eles, a latente necessidade do estudo da ruralidade na fronteira Sul do Brasil por diferentes prismas e o diálogo interdisciplinar com a

Geografia e as Ciências Sociais; a experiência da oferta da pós-graduação *Lato Sensu* em História Regional, que forneciam elementos importantes quanto ao perfil de alunos e das temáticas de pesquisas que suscitavam o uso da historiografia marxista como aporte teórico e metodológico; as novas modalidades de pesquisa histórica: a História Agrária e a História Ambiental. Quanto às linhas de pesquisas, inicialmente, os docentes propunham três linhas: “Ensino de História: teorias e metodologias”, “História e sociedades na América Latina” e “Sociedade, movimentos migratórios e história ambiental”. Muitos docentes resistiam em manter a linha de Ensino de História, pois argumentavam que essa temática era comum nos mestrados profissionais em História ou nos mestrados acadêmicos em Educação. A linha de Ensino de História acabou por ser excluída, provocando mais desencantos e dissabores entre os docentes que compunham o GT.

Com essas definições, a área de concentração e as linhas de pesquisas do mestrado foram delineadas. Área de concentração: “História, Fronteiras e Mobilidades na América Meridional”. Linhas de Pesquisa: “Fronteiras, Movimentos Sociais e História Ambiental” e “Fronteiras, Integração e Identidades na América Meridional”. O foco principal do mestrado em História centrava-se no estudo da História Ambiental e da Agricultura; nos processos de ocupação, colonização da região Sul do Brasil; nas trajetórias dos movimentos sociais; no estudo da história política latino americana atenta aos discursos ligados à integração; e no estudo das relações de fronteira e mobilidades da população fronteiriça.

A segunda proposta de mestrado acadêmico em História foi submetida à Capes no primeiro semestre de 2013 para ser apreciado no decorrer do segundo semestre do mesmo ano. Em meados de setembro de 2013 a comissão da área de História emitiu parecer e, ainda que reconhecendo o mérito da proposta, não recomendou a aprovação do mestrado em História considerando que havia necessidade de adequação da infraestrutura (sobretudo as instalações físicas), a pouca disponibilidade de acervos bibliográficos, a baixa produtividade docente e a necessidade da consolidação da pesquisa.

O parecer deu fim às expectativas dos membros do GT em implantar o mestrado em História no ano de 2013. A primeira reunião do GT após o parecer da área de História da Capes foi para apreciar o teor do documento e avaliar os rumos a serem trilhados daquele momento em diante. Ainda que houvesse tempo para apresentar pedido de reconsideração ao parecer, tal ação foi desencorajada pelos membros do GT por considerar que haviam poucos argumentos consistentes para contra argumentar os quesitos avaliados com nota baixa. Houve proposição da extinção do GT, mas a maioria dos membros compreendeu que a proposta poderia ser melhorada e era necessário qualificar os itens mal avaliados visando nova submissão somente

em 2015, pois não havia tempo e nem fôlego para os membros do GT incidirem esforços para sanar as fragilidades da proposta porque parte delas referia-se à infraestrutura e acervo de livros, portanto, uma demanda institucional que ensejava planejamento e execução mediante previsão orçamentária para os próximos anos.

As obras do *campus* de Chapecó possibilitaram a inauguração de alguns prédios em 2014, proporcionando novos espaços destinados a abrigar a biblioteca, laboratórios, salas de professores, áreas de convivência, auditórios e espaços destinados às atividades dos programas de pós-graduação implantados ou em processo de implantação. Houve, também, a aquisição de livros para ampliar o acervo de obras destinadas à integralização dos cursos de graduação e dos cursos de especialização e mestrados em andamento. A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação também deu atenção às demandas dos GTs de mestrados, quanto à destinação de recursos para aquisição de livros, participação em eventos e publicações.

Mas para além dos quesitos acima destacados, o desenvolvimento de pesquisas e publicações individuais e conjuntas dos docentes que integravam o GT, continuava a ser o critério central a ser melhorado. Houve um esforço individual e coletivo significativo no decorrer do ano de 2013, 2014 e 2015 para superar esse obstáculo. Com apoio e o envolvimento direto dos professores visitantes sêniores da UFFS, Paulo Afonso Zarth e Valmir Francisco Muraro, foram organizados alguns livros para evidenciar o trabalho coletivo de algumas publicações dos docentes. Dentre os livros publicados estavam: *História da Fronteira Sul* (2015), *Colonização, conflitos e convivências na fronteira do Brasil, da Argentina e do Paraguai* (2015) e *Contestado: Fronteiras, Colonização e Conflitos* (2015). Publicações que contavam com a contribuição de pesquisadores do GT e de pesquisadores de diferentes Universidades do país e do exterior.

Os diálogos resultantes da consultoria com o professor Carlos Fico foram pouco promissores em 2014. Ao contrário da consultoria realizada com a Cláudia Wassermann, em 2015, que efetivamente fez um estudo das fragilidades e potencialidades da proposta, do grupo de docentes vinculados ao GT e de como a inserção de um novo programa de pós-graduação contribuiria para a região de inserção da UFFS da fronteira Sul do Brasil. Também se dispôs a conhecer os acervos documentais e o patrimônio cultural alocados no Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM), que guardam e disponibilizam para a pesquisa um vasto número de documentos sobre a história da região de fronteira. O destaque para as potencialidades da proposta de mestrado eram frutos do que o GT havia conseguido crescer e qualificar, sobretudo no que se refere às fragilidades apontadas no parecer de 2013. Havia, em 2015, infraestrutura para acolher o programa de pós-graduação e os laboratórios, bem como

aumento significativo do acervo de livros físicos e digitais disponíveis aos docentes e discentes. Em igual medida, houve ampliação da produção acadêmica dos docentes, explicitando o empenho do GT para obter êxito junto à área de História da Capes.

A proposta de mestrado encaminhada à Capes em 2015, teve como área de concentração “Fronteiras, Migrações e Sociedades” e duas linhas de pesquisas: “História do povoamento, da agricultura e do meio ambiente” e “História dos movimentos e das relações sociais”. Se comparado ao projeto anterior, houve muitas alterações e não se restringiu ao projeto. A equipe de docentes atreladas ao projeto passou a contar com pesquisadores da área da Geografia, Ciências Sociais, Arqueologia e Patrimônio histórico-cultural, tornando a proposta mais aberta ao diálogo interdisciplinar. Pesquisadores esses, acolhidos em função de suas produções acadêmicas nas linhas de pesquisas propostas e pela abertura ao diálogo, ao ensino e à pesquisa amparadas nas categorias de Fronteira, Migrações e Sociedade; e nos aportes teóricos da História Ambiental, da História Agrária/História Rural e dos Movimentos Sociais.

Sabíamos, no entanto, que o contingenciamento de gastos no fomento da Capes à Pós-Graduação ocorridos em 2014 provavelmente se repetiriam em 2015. Ainda que previstos na dotação orçamentária, o fomento às pós-graduações (além de sofrer com a redução de investimentos em pesquisas e bolsas a docentes e discentes) impactariam na acolhida de novos programas de pós-graduação. Havia, assim, um misto de expectativa e apreensão quanto à análise e parecer à proposta de mestrado. Em dezembro de 2015, o Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES) durante a 161ª reunião, homologou e publicizou os pareceres da área de História da Capes. Naquela rodada de submissão de novas propostas de mestrado acadêmico, a proposta que submetemos foi a única recomendada, dentre dezenas de outras propostas. O parecer, com nota 3, reconhecia que a proposta era consistente, original e traduzia o projeto institucional da UFFS e as carências formativas na área de História na região de inserção da UFFS; que a proposta possuía um corpo docente com dimensão, formação e experiência adequadas para garantir a materialização do projeto.

A aprovação do mestrado em História foi devidamente comemorada, pois era fruto de 5 anos de um Grupo de Trabalho. Até o lançamento do mestrado em História da UFFS, ocorrido em 30 de março de 2016, muitas ações institucionais foram necessárias para cumprir as exigências legais para aprovação interna do projeto de mestrado e seus regimentos. No mesmo ato público foram nomeados os coordenadores do programa de pós-graduação e a publicação do edital do processo seletivo para seleção dos 15 primeiros alunos, cujo cronograma previa o início das aulas na primeira semana de agosto de 2016.

O curto prazo destinado à divulgação e o período de inscrição ao processo seletivo resultou em 39 inscritos. As diferentes etapas do processo seletivo foram conduzidas por uma comissão formada por docentes do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH). Destaco aqui, um momento que considero particularmente emocionante e, ao mesmo tempo, propositivo, que foram (e tem sido até hoje) as entrevistas presenciais (ou virtuais) com os candidatos. Num tempo muito curto, sabe-se da história de vida dos candidatos, das dificuldades vividas, das conquistas obtidas e dos desafios que projetam para suas vidas nos próximos anos como pesquisadores e as renúncias que estão dispostos a fazer para cursar o mestrado em História. Ainda que tenha havido todo um rigor acadêmico considerando os critérios previamente adotados como referência para acolher, ou não, os candidatos como futuros alunos do PPGH, algumas trajetórias de vida revelam-se dignas da produção de um documentário cinematográfico. Em alguns momentos, raciocinei e considerei mais o perfil de egresso que seria formado pelo PPGH e sua inserção na comunidade regional do que, costumeiramente, no perfil do aluno ingressante; que o resultado da pesquisa, a formação humana e acadêmica do candidato ingressante era mais importante do que o resultado da prova escrita e de seu desempenho na entrevista e no currículo apresentado. Mas minha forma de raciocínio era uma atitude particular que diferenciava-se do olhar e compreensão dos demais membros da Comissão.

Em agosto de 2016 tiveram início as aulas. 15 alunos mestrando. Os primeiros semestres foram um tempo de experimentação e aprendizado sem igual. Os docentes tinham experiência nos processos de ensino e aprendizagem com os alunos de graduação, mas era necessário repensar muitas das práticas docentes para lecionar no mestrado, sobretudo tendo em mente que havia um número menor de alunos e um nível intenso de leituras, reflexões e debates. Era necessário, também, conhecer os projetos de pesquisas dos mestrando para criar situações de diálogos dos livros e textos propostos com os temas de pesquisas dos alunos. Por outro lado, alguns alunos não tinham formação na área de História, exigindo dos docentes uma atenção maior para abordar os temas de cada componente curricular. Por outro lado, ter mestrando com outra formação acadêmica tornava os debates e olhares sobre os temas e problemas levantados no decorrer da aula ainda mais instigantes.

Uma decisão acertada desde o primeiro semestre de aulas do mestrado em História foi construir o calendário de atividades e componentes curriculares com oferta nos três primeiros dias da semana, intercalando, na medida do possível, manhã, tarde e noite. Facilitou o planejamento dos docentes e a possibilidade dos mestrando articularem horários alternativos e flexíveis para as jornadas de trabalho, sobretudo a aqueles que não conseguiram afastamento

integral para cursar o mestrado. A coordenação do mestrado, mediante essa distribuição de aulas e atividades, tinha dois dias da semana para outros planejamentos, reuniões, atendimento aos mestrandos e encaminhamentos junto a secretaria do curso.

Outra atitude que, aos poucos, tornou-se comum entre os docentes das linhas de pesquisa foi a participação de dois ou mais professores em uma mesma componente curricular, simultaneamente ou não, a depender do planejamento das aulas. Tal prática ampliou sensivelmente os diálogos, os debates e o cruzamento de conhecimentos dos docentes e discentes nos temas abordados. E ainda, por mais que no projeto do curso de mestrado em História tenha sido atribuído a determinado docente uma ou mais componentes curriculares, a participação de docentes de uma mesma linha em uma ou mais componentes curriculares inibe (ainda que não impeça) que um determinado docente venha a “tomar posse” de determinada disciplina e se disponha a lecionar somente a mesma ementa no decorrer dos anos.

Outra questão sensível entre o corpo docente do mestrado em História é a produção docente, que desde o início do programa de pós-graduação, tem se mostrado heterogêneo, isto é, alguns docentes produziram e publicaram mais do que outros. Em parte, esse desequilíbrio na produção científica pode ser explicado pelo fato de que alguns docentes do mestrado ocupavam cargos de gestão na UFFS (Pró-Reitor, Diretor de Pós-Graduação, Diretor de Cultura, Diretor de Extensão, Diretor de Campus), resultando na diminuição do tempo dedicado à pesquisa científica. Por outro lado, esses docentes vinculados a cargos de gestão acumularam outros saberes e experiências que, aos poucos, passaram a ser aplicados junto ao mestrado em História, ao mesmo tempo em que a produção acadêmica dos mesmos docentes tem aumentado sensivelmente na submissão de projetos de pesquisas, projetos de extensão, participação mais intensa nas componentes curriculares obrigatórias e optativas, nas orientações de mestrandos com maior dedicação e na escrita de artigos, capítulo de livros e livros, como pode-se notar na produção científica referente ao ano de 2020.

Ainda que o orçamento da CAPES junto ao Ministério de Ciência e Tecnologia tem sido objeto de redução ano a ano, impactando diretamente na produção da pesquisa acadêmica, dentro e fora de laboratórios, o mestrado em História da UFFS tem sobrevivido a esse tempo de escassez na Capes conseguindo bolsas para mestrandos e recursos financeiros aos projetos de pesquisas dos docentes ao concorrerem e serem exitosos junto aos editais de fomento a pesquisa das fundações de apoio a pesquisas dos governos do Paraná (Fundação Araucária), Santa Catarina (Fapesc) e do Rio Grande do Sul (Fapergs). Alguns editais internos, da UFFS, também contemplam algum recurso para o desenvolvimento de pesquisas e bolsas aos

mestrados, mas como há limitações de recursos orçamentários, não atendem a todos os docentes e discentes.

As exigências da CAPES para com os programas de pós graduação, sobretudo a produção acadêmica dos docentes e discentes, as parcerias nacionais e internacionais no formato de acordos de cooperação, a aprovação dos docentes e editais de pesquisas, com ou sem bolsistas e recursos financeiros, e a constante pressão pela publicação de artigos científicos com *Qualis*, são fatores que levam ao adoecimento de docentes e discentes. O preenchimento da Plataforma Sucupira, por exemplo, tem sido traumático, desgastante e estressante aos coordenadores e secretários das pós-graduações. Destaco, aqui, o relatório quadrienal solicitado via Plataforma Sucupira que consumiram meses de dedicação quase que exclusiva dos coordenadores de cursos. Para aliviar a tensão e os excessos de horas de trabalho frente ao computador, comissões têm sido institucionalizadas no âmbito dos colegiados dos mestrados para ajudar os coordenadores e secretarias dos programas de pós-graduação preencher os diversos campos do Sucupira. É necessário implementar sistemas integrados de coleta de informações dos programas de pós-graduações, de seus docentes e discentes para que os relatórios tornem-se mais enxutos, eficientes e produtivos aos avaliadores e aos coordenadores de pós-graduações para que, sem estresse e problemas de saúde e com base em tais informações, possam pensar, repensar e redesenhar ações para qualificar os programas de pós-graduação visando, ao final de um ciclo avaliativo, obter nota maior que a anterior.

Considerações finais

No decorrer deste texto narrativo, baseado nas minhas memórias sobre a criação e implementação do programa de pós-graduação em História da UFFS, acabamos por descrever aspectos da história da criação da UFFS e dos *campi* universitários, da história da criação dos cursos de graduação em História em Chapecó e Erechim, da história da pós-graduação *Lato Sensu* em História Regional e, mais adiante, o longo percurso de construção e reelaboração da proposta de mestrado em História, que na terceira tentativa, foi aprovado pela CAPES. Propositalmente, evitei ao máximo colocar os nomes dos colegas que, junto comigo, fizeram parte do construir-se do mestrado em História. Primeiro, porque não pedi autorização para tal, ainda que eu tenha dialogado com alguns colegas sobre esse texto com minhas memórias. Segundo, porque espero que meus colegas docentes venham a produzir suas memórias sobre o mestrado em História da UFFS, contando, a partir do que eu rememorei, suas vivências, experiências e particularidades. Espero que, neste exercício de rememoração por parte dos

docentes que integram o mestrado, as contradições, os esquecimentos e omissões que aqui produzi sejam cotejadas, revisitadas e colocadas em seu devido lugar.

Por fim, cabe ainda um olhar sobre o cenário do Ensino Superior brasileiro na atualidade. O ensino superior (em especial as Universidades Federais) que tem sido fortemente atacado pelo governo federal (desde 2019) cuja intenção explícita é acabar com sua autonomia e lugar de produção de conhecimento e ciência com recursos públicos (portanto, do povo), tem como missão exercer um papel de liderança na reconstrução de um projeto nacional para um país que intenciona ocupar um lugar relevante na produção e socialização nacional e internacional do conhecimento produzido nas mais distintas áreas das universidades federais, incluindo a área de História, na graduação e na pós-graduação. Por isso, o processo de divulgação e popularização da ciência, bem como a internacionalização, é estratégico e vital para o fortalecimento da Ciência como promotora do desenvolvimento não só do Brasil, mas como os outros países com quem tem vínculos mais diretos, como por exemplo, os países que fazem fronteira com o Brasil.

Em igual medida, é necessário flexibilizar a estrutura acadêmica (ingresso, currículos e circularidade entre cursos de graduação e pós-graduação) para enfrentar os desafios que se colocam para o Brasil e para a América Latina visando responder aos diferentes desafios que se apresentarem. A Universidade Federal da Fronteira Sul, a exemplo da Unila, deverá ser uma universidade sem muros e sem fronteiras, que combine o avanço da ciência e da tecnologia com a interação entre os saberes elaborados pela academia com os saberes produzidos pelos mais diversos segmentos sociais, com vistas a fazer do conhecimento um instrumento de formação profissional e, ao mesmo tempo, humana nas suas mais diferentes áreas da produção e socialização do saber científico.

Recebido em 25/05/2021.
Aceito em 15/07/2021.

¹ Para saber mais a respeito das políticas públicas implementadas pelos governos Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva, veja: MOTA, Carlos Guilherme. Educação Contra ideologia e Cultura: desafios e perspectivas. São Paulo: Globo, 2011.